

Crise orgânica, recessão econômica e lutas de classes no Brasil em tempos de pandemia

por Rodrigo Castelo



Em 2013, com as Jornadas de Junho, abriu-se no Brasil um período histórico de crise orgânica. Este período que pode ser de longa duração, como adverte Antonio Gramsci começou como uma crise de hegemonia no bloco de poder dominante organizado em torno do governo de conciliação de classes do Partido dos Trabalhadores (PT). A mobilização de massas iniciou-se com protestos populares em torno de pautas sociais e, no seu desenrolar, camadas médias e da burguesia trouxeram pautas conservadoras de combate à corrupção, posteriormente hegemonizando os protestos de rua. Os acordos costurados por organizações democrático-populares e grupos sociais dominantes foram rompidos e surgiram novos projetos de dominação burguesa no país.

Editorial

Numa conjuntura de crise do sistema capitalista, com seus reflexos nos vários continentes, e sobretudo no processo de centralização e concentração de capitais em pequenas parcelas das classes dominantes, eis que surge uma contaminação de proporções mundiais. O COVID 19 explode na China em dezembro de 2019 e vem se disseminando pela Europa, América do Norte, e mais recentemente na América Latina e África, atingindo praticamente todos os países do globo. Essa nova contaminação não parece ter raízes no fundamentalismo ideológico, tipo guerra biológica ou coisa que o valha, mas segundo estudiosos tem origem na natureza, provavelmente transmitida por morcegos.

Para além do reconhecimento da origem, o COVID 19 chegou com status de gripe aqui no Brasil, “uma gripezinha” repetia o Presidente mesmo já informado pelas autoridades mundiais como a OMS que se tratava de um vírus novo e com potencial de letalidade maior que outros já conhecidos. Estudos em revistas especializadas, estudos de casos, dados produzidos nos sistemas de saúde e outros são diariamente veiculados pela mídia para tentar compreender seus efeitos nas populações, sistemas de saúde e na sociedade.

A crise decorrente vem proporcionando diversos posicionamentos sobre o papel do Estado, o que tem feito liberais como o empresário Abílio Diniz virarem Keynesianos de ocasião

A partir do biênio 2014-15, tivemos a confluência das crises de hegemonia, econômica e social no Brasil com (1) a fragilidade política da presidenta eleita por estreita margem de voto e o punitivismo da Lava-Jato, (2) a queda das taxas de crescimento econômico e das taxas de lucro, o aumento da superexploração e das expropriações dos meios de subsistência da classe trabalhadora e (3) a intensificação de expressões da “questão social”. Essa confluência de diferentes dimensões de crise configura, dentre outros fatores, tempos de crise orgânica. Além disso, surgiram fenômenos patológicos diversos, dos quais o recrudescimento de forças reacionárias foi um dos mais marcantes, culminando no golpe de 2016 e na vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018.

No último ano do primeiro mandato de Dilma Rousseff, a crise capitalista era uma realidade. A marolinha tinha virado uma tsunami. No plano externo, a queda dos preços internacionais de commodities exportadas pelo Brasil impactou fortemente a nossa balança comercial. A aposta no ciclo de alta dos preços das mercadorias do agronegócio mostrou-se novamente uma forma de aprofundamento da dependência do Brasil à divisão internacional do trabalho imposta pelos países imperialistas. No plano interno, o produto interno bruto (PIB) cresceu míseros 0,5% em 2014 e, no ano seguinte, a recessão mostrou suas garras com a queda do PIB em 3,5%, seguida de mais uma queda de 3,3% em 2016. O fortalecimento da política econômica neoliberal, comandada por Joaquim Levy, gestor político das frações burguesas rentistas no Estado, foi decisivo para o aprofundamento da crise. A guinada ainda mais à direita da política econômica e anos de apassivamento das organizações de massa da classe trabalhadora pagaram um alto preço, minando o lastro social de uma resistência do governo do PT capaz de barrar o golpe em andamento.

Depois de dois anos de retração, as taxas de crescimento do PIB voltaram a um patamar positivo, mas nunca recuperaram o fôlego, permanecendo estacionadas na faixa de 1% (1,3% em 2017 e 2018 e 1,1% em 2019). Foram, portanto, dois anos de forte recessão e três de pibinhos, totalizando cinco anos de uma brutal estagnação econômica.

Por trás das taxas do PIB, temos o desenrolar do conflito distributivo pela riqueza entre lucros e salários. As taxas de lucro seguiram a tendência de queda do PIB no

“...em momentos de crise somos todos Keynesianos”, afirmou ele em live no dia 25/03/2020. Alguns apontam para a debilidade do capitalismo que se expressa em crises, como diria Marx, e tem deixado ainda mais escancarada a incapacidade das classes dominantes em enfrentá-las sem mexer na acumulação de capital. As reações foram diferentes em cada país, mas no Brasil ela tomou uma proporção tragicômica, típica de governos que agem no improviso. Com uma agenda ultradireita sintetizada no slogan “liberal na economia e conservador nos costumes...” o governo atual tem implementado a agenda do estado mínimo e procurado desenvolver todas as muralhas para subordinar a indústria e a ciência nacional ao capital internacional. As universidades públicas passam por um processo de redução de orçamentos e de bolsas de pesquisas, contenções estas que põem na cena os limites do estado mínimo, que já entregou aos outsiders a Base de Alcântara, o Controle da Embraer e a BR Distribuidora dentre outras empresas de capital nacional que exerciam importantes contribuições orçamentárias para pesquisas. Segundo dados do Conselho Nacional da Saúde, de 2019, a queda de investimentos na saúde foi de 20 bilhões e poderá ser ampliada para no mínimo 200 bilhões até 2036, por conta da aplicação da Emenda Constitucional 95/2016.

Nesse movimento chega o vírus e bagunça momentaneamente, o reducionista e devastador projeto de Paulo Guedes para o país. De um lado o Presidente minimiza o impacto do vírus, de outro o ministro da saúde

o triênio 2014-16 mas logo voltaram a se recuperar em 2017. Para isto, concorreram o aumento da superexploração da força de trabalho e a edição de políticas econômicas ortodoxas pelos governos federais que se acentuaram com o golpismo de Michel Temer, como a privatização de bens públicos, a promulgação da Emenda Constitucional 95 (a do teto dos gastos sociais) e das contrarreformas trabalhistas. O balanço global foi a retomada das taxas de lucro e a queda dos rendimentos da classe trabalhadora, concentrando ainda mais a renda e a riqueza nacionais nas mãos das classes dominantes.

A despeito da instabilidade advinda do processo golpista de impeachment e da prisão política de Lula, a hegemonia da fração rentista do grande capital continuou inabalada. As disputas inter e intra classes se acirraram desde 2013. O bloco de poder dominante no Estado mudou de gerência três vezes nos últimos anos – sendo o governo Temer o de maior impopularidade da história da República – e, ainda assim, a supremacia rentista foi capaz de reafirmar a sua direção intelectual-moral. Em primeiro lugar, esta supremacia é reorganizada no mundo da produção com novos maquinários e a inteligência artificial da indústria 4.0, o aumento da superexploração e da precarização da força de trabalho e o enfraquecimento dos sindicatos, permitindo uma retomada da alta das taxas de lucro dos conglomerados do capital financeiro financeirizado. Em segundo, os postos-chave do Estado continuam ocupados por gerentes do capital monopolista, garantido a linha neoliberal de superávit primário, câmbio flutuante, metas de inflação, tributação regressiva e benefícios fiscais e creditícios aos seus patrões. O ponto alto da supremacia rentista foi a constitucionalização da austeridade fiscal com a Emenda Constitucional 95 – escudada por trincheiras jurídicas bem guarnecidas, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Desvinculação de Receitas da União (DRU) –, que operam o aumento do saque do fundo público em favor das rendas dos detentores dos títulos da dívida pública. Desde a consolidação do neoliberalismo nos governos do PSDB, impôs-se uma quarentena permanente nos gastos sociais, impedido-os de romper limites determinados pela política econômica ortodoxa.

A vitória de Jair Bolsonaro e seus acordos com a alta burguesia, com destaque para o imperialismo

afirma as decisões internacionais e protocolos de riscos e de outro o ministro da economia protela toda e qualquer movimento de enfrentamento via Estado ao vírus. Se tomarmos em conta que no início de março de 2020 já tínhamos uma visão dos riscos do COVID 19 pelas suas expressões na China e na Itália, apenas em 01 de abril se chega a um projeto desidratado e esmaecido de ajuda às populações mais vulneráveis. O ministério da economia, no entremeio parece esquivar-se de qualquer ação que não coincida com sua perspectiva ideológica de redução do estado. Soma-se neste coro a banda de empresários que vem chamando a população ao trabalho, fazendo os cálculos de que 5, 7 ou 10 mil mortos seriam consequências laterais e suportáveis em função da manutenção dos negócios. Nesse meio tempo as instituições e grupos de pessoas, comandadas pelo ministério da saúde têm tentado dar respostas a uma condição nova e surpreendente. Expressam-se em diversas formas de solidariedade de classe, os técnicos, servidores públicos do SUS, Universidades que se empenham em abrir laboratórios para contribuir com as pesquisas e testes, grupos de movimentos sociais com campanhas de alimentos, roupas e outros. A crise, apresenta ao menos três grandes reações, uma para os capitalistas que veem nesse momento a oportunidade do Estado cobrir as quedas de lucros e outras perdas, e de outro, o coro dos que veem na crise momento para reorganizar os princípios de um estado, com suas funções públicas básicas remontando o

estadunidense, fortaleceram a supremacia rentista. A política econômica de Paulo Guedes, um lumpenrentista de setores menores do grande capital, radicalizou o ultraneoliberalismo herdado de Michel Temer. E, logo no primeiro ano como ministro, anunciou medidas de privatização e/ou desmonte de aparatos estatais, com destaque para o sistema financeiro (Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal). Na área fiscal, aprofundou os cortes nos gastos de investimento e custeio, retraindo a demanda estatal. Como resultado, mais um ano de pibinho, sendo ainda mais baixo do que os do governo Temer. Estava acessa a luz amarela.

Em 2020, a conjuntura mundial alterou-se radicalmente com a pandemia do coronavírus, sendo ainda muito difícil prever os desdobramentos da crise orgânica. Mas algumas tendências começam a se delinear, em especial no cenário econômico. De acordo com previsões dos organismos imperialistas como FMI e Banco Mundial, a recessão mundial é certa. No Brasil, o PIB foi revisado pelo próprio governo e o Banco Central zerou a sua previsão de crescimento em 2020. O Banco Safra, num cenário mais pessimista – e também mais realista do que as ilusões governamentais – fala numa queda de 2,8%. E, Henrique Meirelles, o atual secretário de fazenda e planejamento de São Paulo, estima uma queda de 3%.

Aferrado aos dogmas terraplanistas do ultraneoliberalismo, o governo brasileiro anunciou medidas tímidas para o combate aos efeitos socioeconômicos do coronavírus numa economia dependente, isto sem falarmos no genocídio sanitário contido na proposta do isolamento vertical. Em diversos países do centro imperialista, entretanto, os liberais sacam a Teoria Geral de Keynes das suas gavetas e estantes e anunciam ações de estímulo mais contundente às atividades econômicas com pacotes na ordem de US\$ 1,5 trilhão. É insuficiente, mas é uma demonstração inicial que as burguesias centrais farejam o tamanho dos efeitos sociais e políticos do agravamento da recessão econômica mundial. E até mesmo medidas estatizantes são implementadas por ordem de Donald Trump, o testa de ferro mundial do ultraneoliberalismo, como a produção compulsória de ventiladores pulmonares por parte de empresas automobilísticas estadunidenses.

Para tornar o quadro ainda mais complexo, a China é o primeiro país a apresentar portas de saída da crise

ideário do bem-estar-social. E por fim, um conjunto que intuem na crise a possibilidade de um estalo de consciência, via solidariedade de classe, talvez até um princípio catártico (no sentido gramsciano) o que talvez possibilitaria o avanço no sentido de uma luta mais longo e duradoura para o estabelecimento de relações para além do capital. Continuamos porém, tentando desvendar a definição de Gramsci a partir das condições atuais: “A crise consiste no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer. Nesse interregno uma variedade de sintomas mórbidos aparecem”.

sanitária, e junto com Cuba, começam a exportar profissionais da saúde, medicamentos, tratamentos e equipamentos para regiões mais afetadas, mostrando ao mundo a sua capacidade de contornar a grave crise. Com medidas de planificação estatal, a potência asiática se gabarita também a ser o primeiro país a retomar o crescimento econômico, que já era um dos mais pujantes antes da pandemia. Isto colocará os Estados Unidos nas cordas da arena de disputas pela supremacia no mercado mundial. Temos, assim, mais um elemento de aprofundamento da crise orgânica global. Nada será como antes.

No Brasil, com o obscurantismo negacionista de Bolsonaro, a sua popularidade começa a se esvaír junto com a sua capacidade de gerenciar a direção intelectual-moral da supremacia rentista. As suas franjas sociais na classe média dos grandes centros urbanos se dissolvem a passos largos, com pannels em bairros elitizados que votaram em massa no candidato da extrema-direita. Os representantes políticos destes setores médios desembarcam da base de apoio do governo, que encontra enormes dificuldades para aprovar projetos no Parlamento e enfrenta resistências também nos distintos escalões do Judiciário, da primeira instância ao Supremo Tribunal Federal. E setores do agronegócio e da grande burguesia começam a se desencantar com a mitologia bolsonarista, antevendo o tamanho da crise. As contas para dar os anéis com o intuito de salvar os dedos já são feitas por setores dominantes mais esclarecidos. Em recentes artigos e entrevistas em jornais da grande mídia, Armínio Fraga e Pêrsio Árida, ex-presidentes do Banco Central e atuais do mercado financeiro, denunciam a incapacidade do governo federal no tratamento da crise e demandam medidas mais profundas, em termos liberais, de combate às mazelas sociais. A Banca já sabe o que os seus subordinados no governo não querem ver e, por conta desta miopia, se apresentarão despreparados para a nova recessão que se avizinha na esquina da história.

Mesmo com perda de base social, o bolsonarismo solda um núcleo duro de apoio, como atestam as carreatas da morte e o ativismo cibernético das suas milícias digitais. Congregações evangélicas conservadoras e forças de segurança oficiais e paramilitares, assim como estratos médios em cidades pequenas e médias do Sul e Sudeste e do empresariado nacional cerram fileiras com

o governo. O bolsonarismo ainda tem cartas na manga até mesmo para uma possível saída golpista. Nesse cenário nebuloso, os militares, numa operação cesarista, podem ser uma força decisiva na radicalização da autocracia burguesa, com ou sem Bolsonaro.

E, junto a isto, temos uma tímida movimentação da oposição de setores democráticos, progressistas e de esquerda, sem aglutinar uma base social mais coesa na classe trabalhadora, que ainda se encontra desorganizada no atual cenário. As palavras de ordem de interdição, renúncia, impeachment e/ou Fora Bolsonaro e Mourão ganham eco na sociedade, inclusive em grupos conservadores que até ontem estavam na base de apoio do governo federal. Bolsonaro é um perigo real e imediato à vida humana e precisa ser banido a qualquer custo. Este é um passo fundamental a ser dado, mas devemos ir além do Fora Bolsonaro, retomando um projeto estratégico de poder popular calçado na reorganização da classe trabalhadora, sempre atentas/os às táticas conjunturais.

Na crise orgânica, junto aos antigos pesadelos, temos a gestação de novos sonhos. Múltiplas saídas políticas se abrem na encruzilhada histórica de uma crise orgânica e a revolução socialista pode ser uma delas, caso a classe trabalhadora coloque na cena como um sujeito consciente e organizado com um projeto classista autônomo. De forma emergencial e tática, para combater a pandemia sanitária do Covid-19, um bom ponto de partida é a defesa do SUS 100% estatal, público, gratuito e universal e a garantia de boas condições de trabalho às trabalhadoras e trabalhadores do sistema de saúde e de setores operários e camponeses que precisam manter outras atividades essenciais. Junto a isto, temos que travar um combate decisivo no plano da economia política, mirando as bases de sustentação da supremacia rentista. Neste sentido, ações de planificação estatal e investimentos públicos em áreas essenciais, com ampliação de direitos e proteção

social, e garantia de emprego e renda para a classe trabalhadora, além da revogação imediata da Emenda Constitucional 95 e seus aparatos jurídicos correlatos, como a LRF e a DRU, devem ser encampadas pelas organizações revolucionárias da classe trabalhadora, visando a superação do atual estado de coisas capitalista.

Construir um caminho em meio a pandemia e o neofascismo liberal

A conjuntura política e social nacional já difícil, ganhou contornos ainda mais dramáticos e inimagináveis com a pandemia do covid-19. Nesse cenário, a luta de classes se escancarou e as desigualdades irrompem de modo a não poderem mais ser ocultadas em um cotidiano que já se configura de modo muito diferente de um mês atrás.

O distanciamento social de toda a população é a medida recomendada pela OMS, pesquisadores e especialistas infectologistas do mundo todo e quase totalidade dos países (exceção da Bielorrússia e do nosso famigerado presidente). Mas, diferentemente do SARS-CoV-2, o home office, e pior, mesmo a possibilidade de espaço de isolamento dentro da própria casa (para os que a possuem) e acesso a itens de higiene e saneamento básico ainda não são tão democráticos, como deveriam, no nosso país.



E, mais uma vez, recaí nas costas da/os trabalhadoras/es o ônus de lidar com os prejuízos de todas as ordens que essa pandemia acarretará. É sintoma da falência do atual sistema econômico, político e social o fato do Presidente da República e parte expressiva do empresariado estarem mais preocupados com a manutenção do capital financeiro do que com a vida das pessoas.

O mundo já não é e não tornará a ser o mesmo. Teremos que nos reinventar, reinventar a sociedade, a economia e o pacto civilizatório. Resta-nos saber que esforços estamos empenhando para efetivamente salvar vidas, mobilizar essa sociedade e disputar seus sentidos e tessituras.

A necessidade de isolamento físico não imputa o isolamento social. Somos seres sociais e seguimos nos relacionando, da maneira possível, com outros sujeitos. Não seria o momento de nos unirmos, ainda que a distância, na exigência de medidas que realmente deem respostas para esse necessário enfrentamento, sem que o sacrifício tenha que vir apenas das/os trabalhadoras/es? Existem ações políticas que possibilitariam ao Estado assumir a manutenção da renda que garanta a vida das pessoas. A taxação de grandes fortunas, prevista na Constituição Federal e jamais regulamentada, e a revogação da EC95/2016 são algumas delas. Lutemos por isso.

Se essa crise aguda, que desvela tão rapidamente a incapacidade do neoliberalismo em garantir a vida e dignidade das pessoas, não possibilitar o repensar coletivo e o trilhar de um caminho de construção de outra sociedade, antagônica a essa abissalmente desigual, teremos perdido, além das milhares de vidas, a oportunidade de nos edificarmos mais humanos.



Como cantava uma famosa canção da luta partigiana, evocando o inverno da guerra antifascista, “fischia il vento e urla la bufera, scarpe rotte e pur bisogna andare” (sopra o vento, uiva a tempestade, sapatos rasgados, ainda assim vamos em frente).

Solidariedade às periferias

Na ordem do dia para a manutenção da vida em meio a pandemia, uma série de iniciativas surgem para socorrer imediatamente os mais necessitados. Conheça algumas delas e participe: Campanha Jardim Ângela SP contra o COVID 19 - Sociedade Santos Mártires

Depósitos para Sociedade Santos Mártires

CNPJ: 60.731.569/0001-59

Banco Bradesco. Agência: 2744. Conta Corrente: 9545-1

Enviar comprovante por mail: sociedadesantosmartires@gmail.com

Rede de Apoio ao Combate do Covid 19 – Apoio aos trabalhadores autônomos / Zonal Sul de São Paulo - Coletivo IFE, Sarau do Binho, Bloco do Beco, Coletiva Luar, Coletivo Passo à Frente

<https://www.vakinha.com.br/vaquinha/rede=-de-apoio-ao-combate-do-covi19d?fbclid=IwAR2bCmtowlLiOGQcjOKsx-albmvAd8UHSq-SaKaTw3-nhekSMLHyGcsCOTs>

Apoio imediato para famílias negras e periféricas – Covid 19 – Rede de Cursinhos Populares - Rede Ubuntu, Uneafro, MSTC, AMPARAR, Ong Herdeiros Humanísticos, Batalha do Paraíso e Comunidade Evangélica Voz que Prega no Deserto, de Heliópolis- SP

<https://www.vakinha.com.br/vaquinha/campanha-de-solidariedade-em-tempos-de-coronavirus>

Agência Solano Trindade – Campo Limpo - Campanha Adote Uma favela

<https://www.kickante.com.br/campanhas/adote-uma-favela>

São Mateus em Movimento no combate ao coronavírus

Depósitos no Banco do Brasil. Agência: 1495-8.

Conta corrente: 18328-8

UNAS – Heliópolis no enfrentamento ao coronavírus

Depósitos:

Caixa Econômica Federal (104)

Agência: 3124. Conta Corrente: 376-7

CNPJ: 38.883.732/0001-40

Artesãs da Periferia – Zona Leste SP

https://www.catarse.me/artesas_da_periferia_resistindo_ao_corona_2670?ref=project_link#about

Casa Chama – Apoio para Pessoas Trans afetadas pelo COVID <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/fundo-de-emergencia-para-pessoas-trans-1-3>

UNICAB _ União Nacional dos Trabalhadores e trabalhadoras camelôs, feirantes e ambulantes do Brasil

<https://www.vakinha.com.br/vaquinha/fundo-de-emergencia-para-ambulantes-crise-coronavirus>

Fundo de Emergência para Sem-Tetos afetados pelo coronavírus

<https://www.vakinha.com.br/vaquinha/ajude-os-sem-teto-a-enfrentar-o-coronavirus>

Campanha para arrecadação para Moradores de Rua – Sul

<https://www.vakinha.com.br/vaquinha/campanha-de-arrecadacao-para-moradores-de-rua-sp>

Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

<https://benfeitoria.com/cooperativassp>

Quer Ajudar as Favelas do Rio de Janeiro a Mitigar os Efeitos do Covid-19? Aqui Está uma Lista de Pontos Comunitários de Doação | Acessem: RioOnWatch https://rioonwatch.org.br/?p=46028#Xn_EB_ns2ZA.whatsapp

Rede Solidária para circulação de alimentos em Goiás

Para colaborar com alimentos, produtos de higiene e/ou financeiramente: Ponto de entrega:

Secretaria Municipal de Assistência Social - Rua Dr. Neto Centro, das 8h às 17h.

Liguem e retirem na sua residência: 62 92635375 Eleniza, 62 98275 Alcides, 62 985015644 Cleuton, 62 984803089 Junior Cortês, 62 982927094 Laís, 33717717 ou 33717719 (Secretaria de Assist. Soc.)

Para depósito bancário: Banco do Brasil – Ag0277-1, C/C 175145, Caritas Diocesana de Goiás, CNPJ 08.853.035/0001-85

Em Santa Catarina, as Brigadas Populares, junto da ocupação Contestado estão iniciando uma campanha de arrecadação para um fundo emergencial para garantir a sobrevivência das famílias no período de quarentena.

Com o valor arrecadado, tentarão garantir itens diversos de alimentação, higiene e limpeza dos moradores e lares da ocupação.

link para vakinha online:

<https://www.vakinha.com.br/vaquinha/ajude-a-ocupacao-contestado>

Contato via whatsapp para depósito bancário

(47) 99660-6620 - Jefferson

(48) 99944-8712 – Dani

Em Florianópolis, um grupo de voluntários – ligados ao coletivo Ocupações Urbanas, MNLM Movimento Nacional de Luta por Moradia, Instituto Igentes, Igreja Presbiteriana de Florianópolis, MST e Tenda Lula Livre – buscam doações solidárias e humanistas. Para contribuir entre em contato com as seguintes pessoas: Ci Ribeiro 48 999421196, Elisa Jorge 48 984133043 e Ruy Wolff 48 996740451.



Oficina Escola Latino-americana de Estudos Gramscianos

A Oficina Escola Latino-americana de Estudos Gramscianos, organizada pela IGS Brasil e a Asociación Gramsci Argentina, dedicada ao tema “Filologia vivente e a tradutibilidade de Gramsci para América Latina”, esteve com inscrições abertas de 24 de dezembro a 5 de fevereiro. O grande número de interessados nos surpreendeu, ainda mais diante da necessidade de autofinanciamento no contexto que temos vivido, o que demonstra a validade da iniciativa e o fértil campo que temos para construção de estudos, pesquisas e luta coletiva. Os pesquisadores selecionados foram: Antonio Manoel Conceição, Armando De Negri Filho, Débora Ruviaro, Fernanda Peres Maranhão, Gabriel Lecznieski Kanaan, Giuliana de Sá Ferreira Barros, Joeline Rodrigues de Sousa, Michelle Fernandes Lima, Michelle Freitas Teixeira, Patrícia Teixeira Moschen Lievore, Rejane Gadelha, Rita de Cássia Gomes Nascimento, Rodrigo Sarruge Molina e Vanusa Cristina de Oliveira (Brasil); Francisco L’Huiller e Pehuén Romani (Argentina); Alejandro Nieto, Camilo González, David Racero, Laura Esperanza Venegas e Sara Arias Poblador (Colômbia) e Gonzalo Ossandon.(Chile).

A programação proposta compreende: Segunda-feira (noite)- Mesa redonda de abertura: “Análise de conjuntura em perspectiva gramsciana”

Terça-feira - (manhã): O conceito de crise em Gramsci

(tarde): As crises na América Latina

Quarta-feira – (manhã): As disputas pela hegemonia e revolução passiva em Gramsci

(tarde): Disputas pela hegemonia e revolução passiva na América Latina.

Quinta-feira – (manhã): Americanismo, fordismo e formas de vida em Gramsci

(tarde): Modos de acumulação, construção de

subjetividades e hegemonia na América Latina.
Sexta-feira - (manhã): O papel dos intelectuais e a construção da hegemonia
(tarde): O papel dos intelectuais, movimentos sociais e partidos e a construção da hegemonia na América Latina

Sábado – (manhã): Balanço da Oficina Escola e encerramento das atividades

Inicialmente prevista para o período de 13 a 18 de abril de 2020, a Oficina Escola Latino-americana de Estudos Gramscianos será realizada em data ainda a ser definida, a depender do controle da pandemia e agenda dos envolvidos. Esperamos poder anunciar a nova data no próximo boletim.

Suspensão dos eventos no primeiro semestre

A inédita situação em que nos encontramos, com a pandemia do coronavírus, exigiu o adiamento dos eventos: “I Encontro Regional Centro-Oeste-IGS Brasil: Educação política e luta social”, que ocorreria no início de abril na Universidade Federal de Goiás e o seminário “A ascensão da direita no mundo contemporâneo em perspectiva”, organizado pelo Curso de Relações Internacionais PUC/BH, com a parceria da IGS, previsto inicialmente para maio. Os eventos serão reprogramados e divulgados em tempo hábil, quando findar a necessidade de distanciamento social e houver possibilidade de retomada das atividades e da rotina de trabalho.

Além disso, estavam previstos para o segundo semestre, as “Jornadas Gramscianas”, prevista para agosto em São Luís, no Maranhão, na UFMA e a II Conferência “Gramsci, Marx e Marxismo”, que será realizada entre os dias 2 e 4 de setembro. Esperamos que esses não sejam afetados, mas comunicaremos com antecedência se essa necessidade se impor.

Ghilarza Summer School 2020 – Scuola Internazionale de Studi Gramsciano

Estão abertas as inscrições para seleção de 15 pesquisadores para um curso de alta formação sobre o pensamento de Antonio Gramsci. A quarta edição “Ghilarza Summer School”, dedicada ao tema “Nação, povo, nacional-popular”, ocorrerá em Ghilarza, comuna da Sardenha em que Gramsci viveu na sua infância e adolescência, entre os dias 7 e 12 de setembro de 2020.

Para concorrer a seleção é necessário ter idade não superior a 37 anos, completados até o encerramento das inscrições, possuir mestrado, ter realizado pesquisas sobre Gramsci e ter título de doutor, estar cursando doutorado e/ou ser autor de adequadas publicações sobre Gramsci. Os estudantes selecionados necessitam possuir um padrão de italiano adequado para seguir as aulas e intervir ativamente nas discussões, e devem saber confrontar-se com os textos de Gramsci na sua versão original.

Os interessados devem enviar no pedido de participação: nome completo, lugar e data de nascimento, nacionalidade, endereço de residência, número de telefone e endereço eletrônico até o dia 30 de abril de 2020 para o email: giuseppe.cospito@unipv.it, juntamente com:

a) Curriculum vitae (entre 400 e 500 palavras) no qual reconstrua de modo completo a formação universitária e eventualmente pós universitária do candidato, indicar as bolsas de estudo obtidas, as estadias de pesquisa, as experiências de trabalho e as publicações. Aos candidatos não italianos solicita-se a declaração no cv do nível de conhecimento da língua italiana.

b) Um projeto de pesquisa (não menos de 1.500 e não mais de 2000 palavras). O projeto deve versar sobre o pensamento de Antonio Gramsci, ainda que não seja necessário que diga respeito especificamente ao tema selecionado para a

Ghilarza Summer School 2020. São aceitos projetos de pesquisa nas seguintes línguas: francês, inglês, italiano, português, espanhol e alemão.

Para maiores informações, acessem a página da Fondazione Gramsci: <https://www.fondazionegramsci.org/slideshow-homepage/ghilarza-summer-school-2020/>

Premio Letterario Antonio Gramsci

Estão abertas as Inscrições de trabalhos para a XVII edição do “Premio Letterario Antonio Gramsci”, organizado pela Associazione Casa Natale Antonio Gramsci de Ales, até 15 de setembro de 2020. Para maiores informações, acessem: <http://www.casanataleantonigramsci.org/>



PRÁXIS
e Hegemonia Popular

A revista “Práxis e Hegemonia Popular” está aberta para a submissão, em corrente contínua, de propostas de artigos, relatos de experiência e dossiês. Para a próxima edição, o volume 6, a data limite de envio de textos é 30 de maio e para o volume 7 podem ser enviadas contribuições até o dia 30 de outubro de 2020 para o email: igs.brasil1@gmail.com.

Para maiores informações sobre as políticas editoriais, regras para submissão de textos e para conhecer as edições anteriores, acessem: <http://igsbrasil.org/praxis/>.

ASSOCIE-SE

Solicitamos a todos os associados que preencham a ficha de filiação disponível no site para realizarmos a atualização dos dados cadastrais, bem como aos interessados em filiar-se, enviem para filiacaoigsbrasil@gmail.com e aguardem instruções para efetuar o depósito da contribuição anual.

EXPEDIENTE

Edição:

Deise Rosalio

Editorial

Cezar Luiz De Mari

Diagramação:

Matheus Daltoé Assis

COORDENAÇÃO NACIONAL IGS BRASIL

(2019-2021):

Presidente:

Gianni Fresu

Secretária:

Luciana Aliaga

Tesouraria:

Ana Lole

Coordenação Científica:

Cezar Luiz De Mari

Coordenação de Comunicação:

Deise Rosalio